

Entre o punitivismo e a tutela: Tendências do poder legislativo brasileiro na regulação do ambiente online

Proponente

Nome do(a) proponente

Luiza Couto Chaves Brandão

Estado

MG

Organização

Instituto de Referência em Internet e Sociedade

Setor

Terceiro setor

Co-Proponente

Nome do(a) co-proponente

Paloma Rocillo Rolim do Carmo

Estado do(a) co-proponente

MG

Organização

Universidade Federal de Minas Gerais

Setor do(a) co-proponente

Comunidade científica e tecnológica

Formato do workshop

Formato

Painel

Outros

Resumo do workshop

Neste ano, atores do poder legislativo brasileiro foram diplomados para construir o ordenamento jurídico entre 2019 e 2023. Portanto, considerando relevância social das regulação pelo Direito, bem como importância do uso da internet e TICs na construção da identidade individual e identidade nacional, é essencial compreender as pretensões do legislador para punir, proteger ou ampliar as liberdades dos usuários e empresa enquanto participantes da internet.

Objetivos e conteúdos do workshop

Este workshop pretende apresentar diferentes perspectivas sobre o papel do poder legislativo em regular, seja na esfera civil ou penal, as condutas lascivas desenvolvidas no ambiente online, bem como apresentar panorama dos atuais projetos de leis sobre tal matéria. Com o início de uma nova legislatura, diversos Projetos de Lei foram desarquivados e muitos PLs com a mesma temática ou objetivo tramitam em paralelo. Para que os objetivos deste painel sejam alcançados, cada iniciativa de lei que tramita no Congresso Nacional e pretende regular condutas virtuais foi analisada. Os eixos principais que majoritariamente conduzem os projetos são: i. Criminalização de discurso de ódio proferido por meio de redes sociais (PL 8540/2017) ii. Mecanismos jurídicos de proteção da honra e

integridade da mulher frente à propagação de conteúdo misógino ou exposição da intimidade sem consentimento (PL 6191/2016, PL 9930/2018) iii. Propostas de combate à de conteúdo falso (fake news) (PL 2149/2019, PLS 236/12)

Os palestrantes foram convidados a apresentarem suas conclusões e sugestões sobre o eixo que mais lhe é próximo acadêmica e profissionalmente considerando as seguintes diretrizes para elaborar suas palestras: adequação da linguagem e dispositivos dos projetos de lei em tramitação; efeitos de ampliação ou restrição à liberdades individuais e coletivas dos PLs; efeitos dos PLs sobre o bom desenvolvimento da internet enquanto ferramenta tecnológica e possibilidades de melhores soluções para o enfrentamento dos problemas emergentes.

Relevância do tema para a Governança da Internet

O sistema jurídico brasileiro foi construído de forma a atender grande parte dos conflitos sociais que emergem. Assim, havendo um problema manifestamente percebido, o chamamento do Congresso Nacional a legislar e dar solução ao óbice é frequente. Portanto, em que pese teóricos afirmem que existem outros modelos para regulamentar condutas consideradas nocivas à sociedade (por meio da arquitetura, moral e economia), a abordagem jurídica preferida constantemente no Brasil. No âmbito da internet, o padrão se confirma. No início de 2019, inúmeros projetos de lei sobre tecnologias e regulação online foram desarquivados e audiências públicas requeridas. Assim, por exemplo, em março de 2018, houve amplo debate sobre um anteprojeto de lei do Senado em combate a divulgação de notícias falsa que violaria garantias fundamentais por incorrer em excessos punitivistas. Tempos depois, durante as eleições do mesmo ano, o debate reacendeu em torna da regulação das fake news por serem utilizadas para influenciar resultados eleitorais. Em abril deste ano, confirmando a atualidade do debate, houve audiência pública sobre “A influência do Fake News na sociedade” e diversos PLs desta matéria foram movimentados.

A governança da internet se faz pela participação dos diferentes setores da sociedade como o governo, terceiro setor, academia e setor empresarial. Portanto, ainda que a produção direta da lei seja de competência dos parlamentares, a legitimidade de uma norma advém da participação de todos esses setores, devido ao próprio modelo de governança disposto pelo Comitê Gestor da Internet, bem como pela forma de governo, democrático, que impera no Brasil. Portanto, a manutenção e melhoria do uso da internet no sentido de proporcionar o desenvolvimento de uma sociedade mais inclusiva, consciente e igualitária demanda estudos e debates sobre as razões que motivam o legislador brasileiro e a convergência entre as atuais tendências legislativas do parlamento e os interesses da sociedade.

Forma de participação dos(as) palestrantes

A moldura do workshop fora concebida em três etapas que contemplam i. apresentação generalista sobre os modelos e efeitos de regulações estatais sobre condutas desenvolvidas na internet, incluindo os efeitos da criminalização online e ferramentas alternativas ao punitivismo ii. exposições aprofundadas sobre os eixos supracitados iii. participação do público ouvinte com questionamentos seguidos de respostas. A primeira etapa contempla uma exposição de 15 minutos. Posteriormente, cada palestrante possuirá 15 minutos para discorrer sobre um dos três tipos de PLs principais que envolvem condutas na internet. A divisão das falas foi organizada de modo que cada palestrante apresente sua experiência profissional e pesquisa científica sobre temas que há muito tempo desenvolvem. Ademais, a composição do painel também conta com diferentes perspectivas ideológicas e políticas sobre o papel do Congresso na regulação das condutas dos indivíduos e restrição/ampliação de suas liberdades

Engajamento da audiência presencial e remota

Além do compartilhamento de informações do FIB 2019, e especialmente sobre o painel proposto, nas redes sociais pessoais dos painelistas, moderador e relator, as redes sociais das instituições dos participantes também serão utilizadas para divulgação do evento e dos debates. Especialmente as plataformas como Instagram, LinkedIn e Facebook do IRIS, do Centro Popular de Audiovisual e do, ambos com grande capilaridade na rede, disponibilizarão seus perfis para divulgação. Considerando ampla participação feminina no painel, antes, durante e após o painel serão vinculadas às postagens a hashtag #mulheresnagovernanca, iniciativa do IRIS em 2017 e utilizada nacionalmente. Além disso, serão utilizadas as hashtags #FIB2019 #DireitosNaInternet. Os chats das redes sociais das instituições envolvidas no painel também estarão a disposição para recebimento de perguntas de ouvintes do painel e posterior repasses de tais questionamentos para o painelistas incluírem em suas falas e respostas.

Resultados pretendidos

Considerando a diversidade de perfis dos palestrantes, tanto no sentido ideológico, quanto no sentido político e de jornada profissional, como resultado do painel é esperado exposição de perspectivas que muitas vezes destoam das bolhas sociais que cada indivíduo se aloca e é alocado. Em que pese aja divergências estruturais entre a concepção de cada painalista sobre qual deveria ser o modo do Estado regulamentar condutas indesejadas que são desenvolvidas com o uso da internet, o consenso em ao menos alguns pontos será buscado. O relatório do painel, com as indicações dos convidados altamente qualificados e imersos nos estudos das matérias dos PLs, será encaminhado para a assessoria dos deputados e senadores relatores dos Projetos de Lei que foram objeto do painel com objetivo de colaborar com a construção de leis adequadas ao contexto da internet e às demandas da sociedade.

Relação com os princípios do Decálogo do CGI.br

Governança Democrática e Colaborativa

Temas do workshop

Questões legais e regulatórias

Cibercrimes
Liberdade de expressão online

Participantes

Palestrante: Dulcielly Nóbrega de Almeida

UF DF
Organização Defensoria Pública do Distrito Federal
Setor Governamental

Mini biografia

najmulher@defensoria.df.gov. Possui graduação em Direito pela Universidade Estadual da Paraíba (2000). Atualmente é defensora pública do Distrito Federal e Coordenadora do Núcleo de Defesa da Mulher da Defensoria Pública do DF

Palestrante: Holanda Segundo

UF CE
Organização Leandro Vasques Advogados
Setor Empresarial

Mini biografia

Graduado em Direito pela Universidade Federal do Ceará - UFC. Doutorando em Direito pela UFC. Sócio fundador do escritório Leandro Vasques Advogados Associados. Ministra cursos de extensão e palestras. Autor de diversos artigos e do livro "Uma Questão de Opinião? Liberdade de Expressão e seu âmbito protetivo: da livre manifestação do pensamento ao hate speech".

Palestrante: Jéssica Tainah da Silva Botelho

UF AM
Organização Núcleo de Estudos e Práticas em Cibercultura
Setor Terceiro Setor

Mini biografia

Mestre em Ciências da Comunicação pela Universidade Federal do Amazonas. Integrante do Centro Popular do Audiovisual. Embaixadora do Safer Internet Day no Amazonas. Atua especialmente em temas sobre jornalismo digital, Internet e Direitos Humanos na perspectiva amazônica. Participou dos projetos de fact checking O Poder de Eleger, como checadora nas eleições de 2018 e da Ajuri, como idealizadora.

Palestrante: Rosane Leal da Silva

UF RS
Organização Universidade Federal de Santa Maria
Setor Comunidade Científica e Tecnológica

Mini biografia

Doutora em Direito pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Professora Adjunta do Curso de Direito da Universidade Federal de Santa Maria e do Centro Universitário Franciscano. Líder do Grupo de Pesquisa Teoria Jurídica no Novo Milênio (UNIFRA) e do Grupo de Pesquisa Núcleo de Direito Informacional (UFSM). Coordena o Núcleo de Proteção à Criança e ao Adolescente Internauta

Moderador(a): Paloma Rocillo Rolim do Carmo

UF SP
Organização Grupo de Estudos Internacionais em Propriedade Intelectual, Direito e Inovação da UFMG
Setor Comunidade Científica e Tecnológica

Mini biografia

Graduanda em Direito na Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Participou como bolsista de projeto de pesquisa PIBIC que abarca temáticas do Direito Internacional Privado, Direitos Humanos e Novas Tecnologias e é desenvolvido na mesma Universidade. Monitora do Grupo de Estudos sobre Internet, Inovação e Propriedade Intelectual (GNET). Diretora do Centro Acadêmico Afonso Pena.

Relator(a): Felipe Duarte

UF MG

Organização

Instituto de Referência em Internet e Sociedade

Setor

Terceiro Setor

Mini biografia

Estagiário de Comunicação do Instituto de Referência em Internet e Sociedade e estudante de Comunicação Social na Universidade Federal de Minas Gerais. Trabalhou como diretor de arte na CRIA UFMG e como estagiário de comunicação da Bluelux, também criando a identidade visual e outros produtos de design, audiovisual e marketing para a startup. Produz conteúdo audiovisual para o YouTube.
